

Partido dos Trabalhadores e governo Lula: a regressão da luta ideológica*

CAIO N. DE TOLEDO**

Introdução

Nas sociedades de capitalismo dependente, argumentava Florestan Fernandes, a “revolução dentro da ordem” – que não deveria estar dissociada da luta por uma radical transformação da ordem capitalista – é um legítimo e necessário objetivo da esquerda socialista. Nesse sentido, nas democracias capitalistas, as esquerdas procuram eleger candidatos cujos partidos, em seus documentos e programas, prometem realizar reformas e mudanças socioeconômicas que, prioritariamente, beneficiem as camadas populares e os trabalhadores em geral.

No entanto, a “revolução dentro da ordem” não se limitaria à realização de reformas socioeconômicas. Governos, partidos e movimentos sociais de esquerda não deixam também de valorizar a “batalha das idéias” no interior da sociedade de classes. Vale dizer, entendem que iniciativas políticas devem ser tomadas a fim de propiciar condições aos trabalhadores e às camadas populares para que desempenhem um papel ativo, crítico e combativo na luta política e ideológica de classes. No limite, procurar-se-ia criar uma cultura política que permitisse aos setores subalternos resistir e contestar os ideais, os valores e as interpelações que são funcionais à reprodução da ordem burguesa e capitalista. Mais do que isso, as esquerdas socialistas entendem que métodos, comportamentos, representações e simbologias, de natureza crítica, são necessários para que os trabalhadores e as classes populares alcancem uma consciência transformadora da realidade social.

* Agradeço os comentários feitos por Heloisa Fernandes e Jorge Miglioli; igualmente sou grato aos colegas do Comitê Editorial – Isabel, Patrícia e João – pela leitura crítica que fizeram do texto. Dispensável dizer que é inteiramente minha a responsabilidade das teses aqui expostas.

** Professor colaborador da Unicamp.

Na melhor tradição do pensamento socialista, isso não significa impor, “de cima” e “do exterior”, uma consciência crítica aos subalternos, mas, sim, propiciar os recursos materiais e as condições políticas que permitam aos “de baixo” serem protagonistas conseqüentes na vida política e social. No horizonte da esquerda socialista busca-se transformar a apatia e o desencantamento face à política, freqüentemente presentes entre os subalternos, em ação crítica, consciente e esperançosa – que Gramsci identificava com a expressão “otimismo da vontade”.

Deixando de contribuir para que idéias e práticas, dominantes em nossa cultura política, sejam questionadas e transformadas, partidos de bases populares que chegam ao governo correm o risco de se transformar em eficientes gestores da ordem existente, como nos revela a história da social-democracia européia. Embora esses governos, em conjunturas sociais e econômicas favoráveis, tenham assegurado melhores condições materiais aos trabalhadores e às classes populares, estes, contudo, não deixaram de permanecer submetidos econômica, política e ideologicamente às classes dominantes.

Mesmo sabendo que, nas sociedades capitalistas, todo governo – qual seja a natureza das forças políticas que vencem as eleições – é estruturalmente dependente do capital¹ (e, que, assim, estar “no poder” não significa “deter o poder político”), a esquerda socialista não deve abdicar da luta no terreno das idéias. Embora saibam que no capitalismo, as idéias dominantes tendem ser as idéias das classes dominantes, os socialistas estão convencidos de que a hegemonia política e ideológica burguesa resulta da luta de classes e, tal como a lógica do capital, não é eterna nem insuperável.

Neste artigo assumimos que o processo político se realiza, permanentemente, no plano das ações e das representações; sob este último aspecto, deve ser dito que as ideologias fazem parte do conjunto das iniciativas, das decisões e da luta pelo poder político. Seja como “cimento” (Gramsci) da sociabilidade, seja como práticas e interpelações (Althusser) que formam e transformam os sujeitos, a ideologia é uma dimensão decisiva da existência social.

Permanentemente vinculadas à prática política e em contínuo embate, as ideologias não devem ser concebidas como práticas ou discursos paradigmáticos, estanques ou autônomos. O caráter *relacional* das ideologias define o campo da luta ideológica como um complexo e variado cenário onde se trava uma intensa disputa em que representações, imagens, valores, simbolismos etc. se opõem, mas, também, são apropriados, ressignificados, transformados ou neutralizados. Nesse sentido, a luta ideológica não se reduz à imposição unilateral de interesses, valores

¹ Uma análise dos limites e dilemas dos partidos reformistas na experiência da social-democracia européia é feita por Adam Przeworski em *Capitalismo e social-democracia*, Cia. das Letras, 1989.

e ideais de uma classe ou de um grupo social sobre outro; ao contrário, o campo da luta ideológica é o terreno no qual diferentes discursos – de “esquerda” e de “direita”; liberal, conservador, socialista, humanista, anarquista etc. – e práticas de classe se confrontam e se interpelam intensa e incessantemente.

É sob esta perspectiva que serão examinados alguns aspectos da luta ideológica que se manifesta sob a conjuntura política do governo Lula e do PT. Embora, nos próximos anos, ainda possam ocorrer algumas mudanças na orientação econômica e social da política governamental, entendo que as principais linhas de força no plano político e ideológico estão dadas e praticamente sedimentadas. São elas que justificam e orientam minha interpretação acerca do significado que o governo do PT tem conferido à “batalha das idéias” no Brasil contemporâneo.

Reconheça-se que a eleição de Lula não implicou a expectativa de que seu governo viesse a promover uma “revolução contra a ordem”; no entanto, é legítimo indagar se o atual governo e o PT estão desempenhando um papel inovador no sentido de romper com práticas e discursos tradicionais da política burguesa, bem como de intervir criativamente no processo da luta ideológica em defesa dos interesses e sob a perspectiva dos trabalhadores e das camadas populares.

Este artigo, pois, se orienta por algumas indagações: em que medida o PT e o governo Lula – apoiado por setores de esquerda e progressistas – têm contribuído para o surgimento de uma cultura política democrática e de esquerda no Brasil? Que iniciativas políticas estão sendo tomadas no sentido de permitir às classes populares e aos trabalhadores efetivas condições para atuarem de forma transformadora na cena política e social? Quais ideais, valores, bandeiras e simbologias – de orientação crítica e de esquerda – têm sido plantados na cultura política brasileira por obra e iniciativa do governo do PT?

Ao fim e ao cabo, visamos a esclarecer questões que se impõem em todo debate político: como situar o governo Lula e o PT no espectro ideológico – governo de esquerda, de centro ou de direita? Governo de mudança ou governo da ordem? Política e ideologicamente, como definir, hoje, o Partido dos Trabalhadores: partido de esquerda ou “partido da ordem”?

Para abordar estas questões, pretendemos examinar aspectos da política econômica e alguns compromissos políticos que o governo Lula e o PT – em discursos públicos, documentos oficiais e propostas partidárias – têm assumido, particularmente desde a vitória eleitoral de 2002.

Os constrangimentos da política econômica

*Estou satisfeito porque a minha relação com o empresariado brasileiro é boa (...)
Tenho consciência de que estão ganhando dinheiro no meu governo como nunca.*

*Não há o que reclamar agora (...)***

Sem aceitar os pressupostos reducionistas do *economicismo*, levanto a hipótese de que o conservadorismo da política econômica – cuja orientação fundamental tem sido dada pela “Carta ao Povo Brasileiro” – e o pragmatismo da política (*Realpolitik*) governamental são fatores importantes que constroem e limitam a possibilidade de o governo Lula e de o PT atuarem de forma progressista e crítica no plano da luta ideológica e simbólica².

A “Carta ao Povo Brasileiro”, elaborada pelo Instituto da Cidadania, foi imposta ao conjunto do partido durante a campanha de 2002³. De forma pouco democrática, as bases partidárias e as tendências de esquerda do PT foram alijadas do debate em torno dessa iniciativa do comando eleitoral de Lula da Silva. De olho na eleição presidencial, a militância foi preterida em favor do *marketing* político que passou a vender as imagens de um candidato “de paz e amor” e a de um partido de esquerda “amadurecido e confiável”, pois destituído de sua antiga retórica da radicalidade.

* Lula da Silva, *FSP*, 14/10/2007.

** Antônio Ermírio de Moraes, megaempresário brasileiro, proprietário do Grupo Votorantim, opinando sobre a política econômica do governo Lula. In: *O Estado de S. Paulo*, 2/10/2007.

² A hipótese não implica a afirmação de que apenas a política econômica do governo Lula explicaria a regressão ideológica do PT. Pesquisas acadêmicas e inúmeros ensaios, recentemente publicados, revelam que, desde há muito, o PT anunciava essas mudanças no plano ideológico. Um extenso e recente estudo sobre o tema é o livro de Mauro Iasi, *As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006. O ensaio de Paulo Martinez, “O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005” é também um qualificado texto que examina a trajetória política e ideológica do partido, de sua fundação até os primeiros anos do governo Lula. In: M. Ridenti, D. Aarão Reis (orgs.), *História do marxismo no Brasil*, v. 6, *Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

³ A “Carta ao Povo Brasileiro” foi lançada em 22 de junho de 2002; de forma vaga, fala em mudanças, mas não faz qualquer menção à organização e às reivindicações dos trabalhadores, ao aprofundamento da democracia política, às rupturas a serem feitas na política econômica posta em prática nos oito anos de governo FHC. Não sem razão, o documento foi denominado por setores críticos de esquerda de “Carta aos Banqueiros”.
http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf

Além de constituir um explícito compromisso com o capital financeiro – fato que, no início, foi enganosamente interpretado apenas como uma “manobra tática” para acalmar o mercado financeiro (na ocasião, alarmado diante da possibilidade da vitória eleitoral do operário e “esquerdista” Lula da Silva) –, a “Carta ao Povo Brasileiro” é exemplar na medida em que contém os pressupostos e os delineamentos da política neoliberal que, no ano seguinte, Antonio Palocci & Henrique Meirelles⁴ viriam implementar: cumprimento dos contratos, pagamento da dívida, manutenção de altas taxas de superávit primário etc.

Afastando-se gradativamente do compromisso histórico da realização de reformas econômicas que combatam a especulação financeira, incentivem o processo produtivo e promovam de forma prioritária a área social, o governo Lula e o núcleo dirigente do PT submeteram-se à lógica da mesma política econômica, inaugurada por Fernando Collor e que foi aprofundada no período Fernando Henrique Cardoso⁵. Para ganhar confiabilidade junto aos investidores e aos setores financeiros, o governo capitulou diante das exigências do modelo econômico neoliberal. Para alcançar uma maioria parlamentar, buscaram-se alianças que nada tinham a ver com programas e antigas bandeiras do partido. Mediante acordos com lideranças e partidos tradicionalmente “fisiológicos”, buscou-se garantir a “governabilidade” e a aprovação de propostas do receituário neoliberal (reforma da Previdência, parcerias público-privadas, lei dos transgênicos etc.)⁶. Estas alianças propiciaram, assim, de imediato, um crescente espaço político aos setores con-

⁴ Depois da indicação do empresário José Alencar, como companheiro de chapa de Lula da Silva, a nomeação de Henrique Meirelles (funcionário do Bank Boston e ligado ao PSDB) para o Banco Central veio ratificar a percepção de que o governo caminharia para a direita. Respeitados economistas de esquerda e críticos da política neoliberal de FHC – alguns deles ativos colaboradores dos programas econômicos do PT – foram preteridos na composição do primeiro escalão governamental.

⁵ Como críticos de esquerda têm caracterizado, a política econômica do governo Lula, substantivamente, pouco inova em relação àquela praticada pela gestão de FHC/Malan. Mas não são apenas setores de esquerda que chegam a esta conclusão. Em recente reunião promovida pelo Conselho Relações Internacionais (setembro de 2006), Anoop Singh, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), afirmou existir uma continuidade da política do governo Lula em relação à do governo FHC. Em suas palavras, “o que esse governo tem feito é preservar a continuidade ao mesmo tempo em que aumenta os gastos sociais”.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/06/060626_lulafhcpi_menra.shtml

⁶ A Reforma da Previdência, assim, tem um caráter emblemático. Além de aprofundar a reforma iniciada no governo neoliberal de FHC, a primeira reforma do governo Lula será justamente aquela que afeta os interesses dos trabalhadores e defende os valores do mercado e do sistema financeiro.

servadores e de direita (o conjunto do PL e do PTB, os parlamentares e governadores do PMDB e setores do PP).

De forma sintética, um economista, que até recentemente militou no PT, ponderou: “Seguindo à risca as recomendações do FMI, o governo Lula aprofundou o neoliberalismo, transformando o Brasil num paraíso dos grandes negócios. Sob a consigna ‘tudo pelo capital, tudo para o capital’, aos endinheirados, o governo oferece vantagens tangíveis: megasuperávits primários, populismo cambial, juros estratosféricos, arrocho salarial, reforma da Previdência, gigantescos saldos comerciais, Lei de Falências, independência do Banco Central, ProUni, Parceria Público-Privada, liberdade para os transgênicos, cumplicidade com os ‘contratos espúrios’ que sangram o erário e espoliam a população, opção preferencial pelo *agrobusiness* (...)”⁷.

No entanto, apesar de sua política econômica conservadora, o governo Lula não deixa de ser duramente questionado pela oposição nucleada em torno do PSDB e do chamado *Democratas* – partidos que deram sustentação à política neoliberal de FHC. Por ocasião das revelações sobre o chamado mensalão e da crise aérea⁸, a oposição de direita não deu tréguas ao governo do PT. Mas, como não falta à burguesia brasileira clareza na defesa de seus interesses materiais, os setores conservadores apóiam a política econômica do governo Lula. Assim, partidos políticos de direita, associações de empresários, dos banqueiros, do grupo ruralista, a grande mídia e os organismos internacionais (FMI, Banco Mundial etc.) apenas fazem críticas pontuais à sensata e eficiente, segundo eles, política econômica vigente.

Se alguma dúvida persistiria sobre quem são os maiores beneficiários da política econômica, a palavra deve ser dada a quem tem papel decisivo na sua definição e manutenção:

Os que estão vaiando são os que mais deveriam estar aplaudindo (...), posso garantir que foram os que ganharam muito dinheiro neste país (...) Aliás, a parte mais pobre é que deveria estar mais zangada, porque ela teve menos do que eles tiveram. É só ver quanto ganham os banqueiros, os empresários (...)⁹.

⁷ Plínio de Arruda Sampaio Jr. - FSP, T&D, p. 3, 12/02/2005. Um reparo deve ser feito ao texto citado, pois é questionável o chamado “arrocho salarial”. A rigor, de abril de 2002 a abril de 2007, o salário mínimo teve um aumento real de 32,1%. Mas, nunca deve ser omitido também que, caso os preceitos constitucionais fossem aplicados, o SM deveria ser, no mês de setembro de 2007, de R\$ 1.737,16 – dados do Dieese. Atualmente, o SM é de apenas R\$ 380,00.

⁸ A “crise aérea” foi o efeito imediato do acidente, ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, entre um Boeing e um pequeno jato. Durante os meses seguintes, atrasos e cancelamento de vôos nos principais aeroportos do país – provocados por operações-padrão de controladores de tráfego e falhas em equipamentos – foram frequentes.

⁹ *Folha de S.Paulo*, 01/08/2007.

Sagaz, o presidente da República não desconhece a natureza e os efeitos da política econômica da qual, reiteradamente, afirma não abrir mão. Da mesma forma, as classes dominantes não deixam de reconhecer o clima de tranquilidade e de segurança que o governo do ex-operário tem propiciado à realização de seus lucros e negócios¹⁰.

A legitimação da direita política e ideológica

Não fui eu que mudei. Eles é que vieram para o meu lado. Estou onde sempre estive.

Eu agora sou amigo do Delfim Netto. Passei vinte e poucos anos criticando-o e agora o Delfim Netto é meu amigo e eu sou amigo dele (...).

Examinemos alguns episódios no plano político e ideológico que revelariam o descompromisso do atual governo e do grupo majoritário do PT em relação a valores e ideais próprios de uma cultura política de esquerda; em contrapartida, salientemos gestos e atitudes que mostram uma inteira complacência do governo Lula com a direita brasileira.

a) Lula e a desqualificação da esquerda

O atual governo não se resume à figura de Lula da Silva. É de se reconhecer, no entanto, que a atuação política de Lula – fundada no “presidencialismo imperial” de base personalista vigente em nosso sistema político¹¹ – influi decisivamente sobre o imaginário e as representações ideológicas das camadas populares. As opiniões do presidente – formuladas por meio de singelas metáforas e ditos do

¹⁰ Vários são os depoimentos de Olavo Setúbal e Roberto Setúbal (Banco Itaú), e de Márcio Cypriano (Febraban e Bradesco), que enaltecem a política econômica do governo Lula. Refletem eles a satisfação com os lucros que os bancos brasileiros têm alcançado sob o governo do PT. Segundo uma agência de notícias, os lucros do Bradesco e do Itaú no primeiro semestre de 2007, somados, poderiam pagar durante um ano o valor do maior benefício do *Bolsa Família* para 5,9 milhões de beneficiários. Ambos lucraram – em apenas 6 meses – R\$ 8,167 bilhões. <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1817884-EI6579,00.html>

Delfim Netto, http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernos/lula_presidente/2002/10/27/jorlup20021027012.html

Lula da Silva. <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1383727-5601,00.html>

¹¹ São as características do presidencialismo brasileiro que melhor explicam a forte presença personalista de Lula no cenário político; nesse sentido, a designação de “lulismo”, utilizada pelo jornalismo político, é insuficiente do ponto de vista explicativo pelas suas vagas alusões a um não menos impreciso conceito de “populismo”.

senso comum – repercutem sobre a consciência dos subalternos, particularmente daqueles politicamente desorganizados.

Fazendo coro com uma visão conservadora, Lula tem opinado que, hoje, a distinção *esquerda x direita* já não mais faria sentido no debate político; posições de *centro*, como as dele, revelariam, sim, maturidade e discernimento políticos. Indo além disso, em vários momentos, declarou: “Nunca fui de esquerda”¹².

Deveríamos ignorar estas afirmações? Não penso assim, pois Lula, há mais de vinte anos, desempenha um papel importante na política brasileira, além de ser a personalidade política decisiva de um partido que ainda proclama ser “dos trabalhadores”. Dessa forma, objeções de Lula contra a esquerda têm efeitos ideológicos precisos: reforçam a estigmatização dos ideais e valores de esquerda e aprofundam a desmoralização de sua militância mais combativa.

De outro lado, não deixa de ser sintomático o obsequioso silêncio do conjunto do partido diante das opiniões negativas de Lula sobre as esquerdas. Não seria uma evidência de que, hoje – ao contrário do que ocorria nos velhos tempos de enfrentamento ideológico –, já não mais se constitui um disparate ou um anátema o fato de um dirigente do PT manifestar sua não-identificação com a tradição de esquerda?

A quem servem então estas declarações de Lula senão à direita política e aos liberais-conservadores que têm presença dominante na mídia escrita e televisiva? O significado que é difundido e passa a ser incorporado por amplos setores da população não pode ser outro: tendo amadurecido politicamente, o presidente – que ainda faz questão de afirmar suas origens populares e proletárias – repudiou suas antigas convicções de esquerda, pois estas, definitivamente, estariam superadas pela história e pela vida...

Assim, ao afirmar “nunca fui de esquerda”, Lula transformou todas as suas anteriores afirmações em defesa do socialismo (ou contra a ordem capitalista) em autênticas “bravatas”¹³. Difícil admitir que se possa criar uma cultura política partidária crítica e consistente quando as reiteradas “bravatas”, dentro ou fora das campanhas eleitorais, são legitimadas e justificadas pelos altos dirigentes do PT.

¹² Em fins de 2005, ao ser homenageado por uma revista de negócios (*Istoé*), Lula – aplaudido por empresários e figuras da alta sociedade paulista – afirmou que qualquer pessoa com mais de 60 anos que insista em se declarar de “esquerda”, “não podia estar bem da cabeça”. *Caros Amigos* publicou comentários meus sobre este episódio: http://www.redvoliciones.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=551

¹³ Registrem-se duas defesas de Lula da *esquerda* e do *socialismo*. Numa palestra, publicada em *Esquerda. Novos tempos, novas propostas* (Ed. Garamond, 1998), afirmou que ninguém – em função das idéias que acredita – devia “ter vergonha de ser de esquerda”. De outro lado, como presidente nacional do PT, assinou um texto que apresenta uma série de 12 pequenos livros, editados pela Ed. Perseu Abramo, sobre problemas do “novo socialismo”.

b) Cenas eleitorais e alianças com a direita

As últimas campanhas eleitorais têm sido reveladoras daquilo que se poderia chamar de pragmatismo eleitoralista do PT.

Tome-se, como exemplo significativo, a campanha 2004 para o segundo turno da eleição para o governo do estado de São Paulo. Embora o aberto apoio do direitista Paulo Maluf a Marta Suplicy não tenha sido o resultado de um acordo formal entre as direções partidárias dos dois candidatos, várias reuniões ocorreram entre as lideranças do PT e do PP antes da insólita aliança.

Para a militância de esquerda do PT, foi insultuoso deparar com panfletos e coloridos cartazes com as fotos do sorridente Paulo Maluf ao lado de Marta Suplicy amplamente difundidos em carros de propaganda e nos redutos eleitorais de direita da cidade de São Paulo. Ainda por cima, quando se submeteram às exigências da lógica eleitoreira e aceitaram o apoio da direita malufista, os dirigentes do PT contribuíram para reabilitar um político criado pela ditadura militar e que ainda hoje se identifica com ela¹⁴.

O caso de Delfim Netto, ex-czar da economia brasileira durante dois governos militares, é igualmente sintomático em matéria de aproximação com a direita ideológica brasileira. Durante o primeiro período governamental, Lula e Antonio Palocci, com muita frequência, preferiram reunir-se com Delfim Netto a ouvirem os economistas críticos e de esquerda do PT. A explicação se deveu ao fato de o ex-ministro da ditadura não se cansar de elogiar a “Carta ao Povo Brasileiro”; para ele, a mais notável prova de amadurecimento demonstrada por um partido de esquerda.

Em artigo publicado na imprensa, Delfim Netto sugeriu que Lula jamais deveria se afastar do roteiro prescrito pela Carta, mas, sim, da influência da militância de esquerda, que, teimosa e irracionalmente, continuaria contestando as propostas contidas no documento de 2002. Escreveu ele: afinal, “foi Lula quem elegeu o PT”, não o PT quem o elegeu. Assim, mais de 30% do eleitorado – que não são militantes do PT – votaram em Lula para que fosse cumprido o programa da “Carta ao Povo Brasileiro”, não “o arcaico e insensato programa do PT”, conclui o novo simpatizante do presidente¹⁵.

¹⁴ O apoio de Maluf à candidatura do PT foi interpretado como o resultado de um acordo que consistiu no fato de o deputado federal José Mentor (PT/SP), relator da CPI do Banestado, ter omitido o nome do ex-prefeito em seu relatório final. Com isso, deixou este de ser intimado a comparecer à CPI, meses antes da eleição em que foi derrotado por Marta Suplicy e José Serra.

¹⁵ O título do artigo em que defende estas opiniões não deixa margem a dúvidas quanto à opção ideológica antipopular do economista: “Contra os militantes”, *Folha de S. Paulo*, 2/11/2005.

Devemos ressaltar que Paulo Maluf e Delfim Netto não são políticos quaisquer em nosso quadro político; têm eles arraigadas convicções ideológicas de direita e militam há cerca de quarenta anos na política brasileira. Até o momento, desconhecem-se quaisquer autocríticas que possam ter feito sobre suas respectivas participações nos governos da ditadura militar, particularmente após a decretação do AI 5.

É compreensível que no embate político-institucional partidos e movimentos de esquerda debatam e, inclusive em certas conjunturas, promovam acordos e alianças com setores políticos liberais e conservadores. Mas, do ponto de vista da construção de uma cultura política democrática e socialista, deve-se indagar: é aceitável que um governo – eleito e apoiado por setores progressistas e de esquerda – contribua para a reabilitação de partidos e políticos (entre eles, Sarney, Maluf e Delfim Netto) cujas convicções e atuação, no passado e no presente, pouco têm a ver com as liberdades e os valores democráticos?¹⁶

Na campanha da reeleição, foram muitas as cenas protagonizadas pelos dirigentes do PT e por Lula que desagradaram os setores de esquerda do partido. Conhecidos adversários políticos que condenavam enfaticamente as bandeiras empunhadas pelo PT – quais sejam, a incondicional e generalizada defesa das greves, as lutas pela reforma agrária, pelo não-pagamento da dívida externa, pelo rompimento com o FMI, o combate à ALCA, a defesa da ética na política etc. –, foram reabilitados por Lula e seu partido. Coligações e alianças formais e informais em vários estados apoiaram políticos de direita ou que, no passado recente, estiveram comprometidos com a malversação dos recursos públicos e corrupção ativa – entre estes, estavam Newton Cardoso em Minas Gerais; Orestes Quércia e Paulo Maluf, em São Paulo; bispo Marcelo Crivella, no Rio de Janeiro; Inocêncio de Oliveira e Severino Cavalcanti, em Pernambuco; Jader Barbalho e Paulo Octavio, no Pará. Aqueles que guardavam na memória os contundentes juízos críticos de Lula e do alto comando do PT, proferidos anos atrás contra José Sarney, Orestes Quércia, Jader Barbalho, Newton Cardoso e outros, custaram a acreditar no que ouviram nos comícios eleitorais de 2002¹⁷.

¹⁶ Um episódio revelador da complacência de altas lideranças do PT para com a direita militante teve como cenário o Senado Federal. Um jornalista que escreve regularmente em blog progressista observou: “Em fins de 2005, Jorge Bornhausen anunciou que iria processar o ‘notório e insignificante’ Emir Sader. Três senadores petistas e um ex-petista hoje no PDT expressaram sua solidariedade ao líder do PFL e elogiaram seu ‘espírito público e democrático’. Sobre Sader, reinou o silêncio”. Marco Aurélio Weissheimer, publicado no site: www.agenciartamaimor.com.br em 04/11/2005. Os três senadores foram Aloizio Mercadante, Tião Viana e Paulo Paim. Como se sabe, Emir Sader, um dos intelectuais brasileiros que mais se empenharam na campanha pela reeleição de Lula, é, hoje, um dos principais alvos da direita brasileira.

¹⁷ Num comício em Aracaju, em 1987, Lula foi contundente na avaliação que fez da chamada *Nova República* e de José Sarney: “A *Nova República* é pior do que a velha, porque antigamente

Esclareça-se que o eleitoralismo do PT não é de hoje¹⁸; ele se inicia com a crescente e gradativa opção do partido pela arena institucional, em evidente detrimento da organização e educação política dos trabalhadores e do fortalecimento de compromissos com os movimentos sociais populares (urbanos e rurais). Ao construir sua agenda política prioritariamente em torno das campanhas eleitorais – em todos os planos da institucionalidade liberal-democrática –, o PT vai apelar para alianças com forças políticas conservadoras e adotará métodos de atuação que comprometerão as bandeiras e os valores publicamente defendidos pelo partido durante os tempos da resistência democrática¹⁹.

As campanhas de 2004 e 2006, assim, consolidaram a nova face eleitoral do PT. No passado, a militância do partido – praticamente sem recursos financeiros, mas com muita vontade e determinação – saía às ruas e vilas do país; de casa em casa, buscavam-se votos, mas também se fazia a luta ideológica. Nos últimos tempos, agências publicitárias promovem o *marketing* eleitoral; no rádio e, principalmente, na TV, candidatos maquiados – sem propostas e com poucas idéias – buscam seduzir e cativar o eleitorado. Notáveis recursos financeiros provenientes ou não do “caixa dois” (contribuições de industriais, banqueiros e grandes empreiteiras etc.) passam a mobilizar uma despolitizada mão-de-obra que sai às ruas e praças para distribuir generosamente adesivos, panfletos coloridos e bandeiras do partido – que, hoje, são brancas e, muitas delas, deixam de ostentar a simbólica estrela vermelha.

na *Velha República* era o militar que vinha na televisão e falava, e hoje o militar não precisa mais falar porque o Sarney fala pelos militares ou os militares falam pelo Sarney. Nós sabemos que antigamente (...) se dizia que o Adhemar de Barros era ladrão, que o Maluf era ladrão. Pois bem: Adhemar de Barros e Maluf poderiam ser ladrões, mas eles são trombadinhas perto do grande ladrão que é o governante da *Nova República*, perto dos assaltos que se faz (sic)”.

¹⁸ Florestan Fernandes, em 1991, advertia para o caráter corrosivo do eleitoralismo dentro do PT: “Na relação entre candidatos socialistas não deve prevalecer a disputa pelo voto. Dentro do PT, está crescendo uma técnica eleitoral competitiva. O objetivo pessoal de vencer eleitoralmente prepondera sobre a ideologia, a política, a cooperação entre companheiros (...) O individualismo e a própria competição são símbolos fortes da sociedade capitalista”. Entrevista concedida a P. Tarso Venceslau. In: *Rememória – Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1997, p. 239.

¹⁹ Na perspectiva de um dos mais ativos intelectuais do partido e do governo, Tarso Genro, a ampla frente política que reelegeu Lula, constituída majoritariamente de partidos e chefes políticos conservadores, não deveria ter apenas caráter eleitoral, mas presença ativa no período 2006-2010. Nas palavras do atual Ministro da Justiça: “O governo nega-se a criar as condições políticas para o rompimento da vasta frente que elegeu Lula e modula cautelosamente os seus movimentos. Quer dar finalidade estratégica a essa frente (...)”. Tarso Genro, *Esquerda em processo*, Vozes, 2004, pp. 70-71.

A luta ideológica, assim, foi praticamente abandonada, pois, segundo a burocracia partidária, ela não é eficiente na conquista dos votos; ao contrário, apenas assusta os eleitores como as campanhas presidenciais anteriores a 2002 teriam comprovado. O PT, que, em seus tempos heróicos, afirmava ser diferente de tudo o que existia na política brasileira, parece ter dado o “salto da modernidade”. Ao adotar os métodos e os critérios ditados pela *Realpolitik* burguesa²⁰, o alto comando do PT dispensou a participação de sua ruidosa militância, pois esta não ganhava os votos preciosos e decisivos de setores mais abastados das classes médias e da burguesia brasileira.

c) A bandeira desfigurada

As denúncias sobre o chamado mensalão revelaram o profundo comprometimento de importantes dirigentes do PT com a prática do fisiologismo²¹. Comprovou-se, assim, que – para efeitos da aprovação da contra-reforma da previdência e das dezenas de medidas provisórias que permitiam a chamada governabilidade – o governo Lula e o PT adotavam a mesma e conhecida moeda de troca, corriqueira na política burguesa.

Sobre este episódio, façamos duas observações.

A primeira é a de que a bandeira da “ética na política”²², empunhada (de forma equivocada ou não) pelo PT desde os tempos Collor, está profundamente comprometida. Mil discursos de Lula – do gênero: “ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que nosso partido” –, entrevistas de dirigentes

²⁰ As duas campanhas presidenciais de Lula – bem como de vários políticos do PT em 2006 – foram comandadas por um publicitário intimamente vinculado ao direitista Paulo Maluf. Duda Mendonça teve “carta branca” de Lula e do alto comando petista na modelagem da figura do candidato de “paz e amor”, confiável e “do bem”. Do ponto de vista simbólico, a submissão aos critérios da política burguesa – ancorada na compra/venda da imagem – mostrou-se definitiva.

²¹ Insatisfeito com o rompimento de acordos que seu partido mantinha com a Chefia da Casa Civil da Presidência da República, Roberto Jefferson, em entrevista a *Folha de S. Paulo* (5/06/2005), afirmou que congressistas aliados do governo recebiam um “mensalão” de R\$ 30 mil do tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Semanas antes da denúncia, Lula teria afirmado que para o neo-aliado R. Jefferson – líder do PTB e antigo membro da tropa de choque de Collor – ele assinaria um “cheque em branco”... <http://noticias.uol.com.br/ultnot/crise/ultimas/2005/09/14/ult3160u46.jhtm>

²² A esquerda socialista não concebe a atividade política de um ponto de vista amoral ou a partir de um pragmatismo sem princípios, inspirado em apressadas leituras de Maquiavel. No entanto, os socialistas não deixam de questionar concepções que julgam ser possível que inestimáveis valores de natureza ética ou moral podem se efetivar na vigência da ordem capitalista. Como a corrupção é inerente ao capitalismo, será mistificador afirmar ou acreditar que as instituições políticas, na democracia liberal-burguesa, podem ser radicalmente transformadas no sentido de serem “éticas”, “transparentes”, “incorrupíveis”.

e artigos de intelectuais não conseguirão apagar as evidências do envolvimento de figuras importantes do PT nas denúncias que implicaram a abertura de processo no STF.

Bem sabemos que a grande mídia está sempre à espreita dos gestos e atos falhos – gramaticais ou não – dos dirigentes do PT a fim de desqualificá-los politicamente. Arraigados e fundos preconceitos classistas estão na base de campanhas e críticas de direita contra Lula e dirigentes do PT²³; mas não é razoável – a pretexto de defender o partido das acusações que sofre – afirmar que tudo não passa de uma conspiração da oposição política e da mídia contra o governo e os petistas. Afinal, o mensalão – gostemos ou não da má palavra – não é obra de ficção inventada pela direita brasileira.

De outro lado, não se pode negar o fato de que, durante todo o episódio do mensalão, apenas alguns intelectuais²⁴ e vozes isoladas da direita defenderam publicamente o *impeachment* do presidente da República. O PSDB – que na crise do mensalão verbalizava os interesses do empresariado industrial e dos banqueiros em nome da “governabilidade” – não tomou qualquer iniciativa política no sentido de levantar a bandeira *Fora Lula!*

Devemos sempre reafirmar que no governo do PSDB existiram casos de corrupção e a mídia foi omissa na denúncia deles²⁵. Mas, a versão de que as denúncias de corrupção são golpes armados contra o governo Lula, além de não ser convincente, não deveria servir como justificativa para a complacência diante das flagrantes práticas fisiológicas da administração, dirigentes e políticos do PT²⁶. Deixando de

²³ Colunistas de jornais e vários blogs de direita na Internet (de jornalistas e intelectuais, inclusive de acadêmicos) buscam, de forma sistemática, desqualificar Lula e o PT. Tendo apenas concluído o ensino primário, Lula é objeto permanente de chacotas e ironias pela intelectualidade Tucana.

²⁴ Roberto Mangabeira Unger, hoje ministro do governo Lula – cuja nomeação foi imposta pelo partido controlado pelo vice-presidente da República –, não teve dúvida em exigir o impedimento de Lula. Nas candentes palavras do ex-brizolista de Harvard: “Afirmo que o governo Lula é o mais corrupto de nossa história nacional (...) Afirmo ser obrigação do Congresso Nacional declarar prontamente o impedimento do presidente”. *Folha de S. Paulo* (15/11/2005).

²⁵ O chamado *valerioduto* não foi criação do governo Lula e do PT, mas, sim, nasce pela iniciativa de um alto dirigente do PSDB. O relatório final do inquérito da Polícia Federal que investigou o esquema de corrupção no estado de Minas Gerais, citou o ex-ministro das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia (PTB), e o ex-governador e atual senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) como seus responsáveis.

²⁶ Uma demonstração da plena conivência da alta direção do PT com práticas fraudulentas de seus dirigentes revelou-se, de forma exemplar, com a decisão de desconsiderar os resultados da comissão de ética do próprio partido. Ao invés de punir os petistas envolvidos

enfrentá-las e debatê-las – como se verificou em seu recente 3º Congresso Nacional –, o PT recusa-se ao exercício da autocrítica, condição fundamental para a construção de partidos de bases populares e democráticos .

De minha perspectiva, não são apenas critérios morais e éticos que deveriam ser invocados na discussão sobre a crise do mensalão; são valores republicanos e democráticos que devem orientar a existência e o funcionamento de partidos populares que pretendem transformar a ordem capitalista. Ao afirmar no exterior²⁷ que, do ponto de vista eleitoral, o PT faz aquilo que é tradicionalmente feito no Brasil, Lula legitima a prática de uma *Realpolitik* periférica, consagrando, assim, uma cultura política que seu partido, nas suas origens, combatia veementemente em seus documentos.

Uma segunda observação é a de que quem mais saiu perdendo neste episódio foram os setores de esquerda. Para a grande imprensa e mídia conservadoras, o PT – definido indiscriminadamente como um partido de esquerda e socialista – é denunciado como o responsável pela montagem da “maior máquina de corrupção” que teria existido na história política do país. Reforça-se, assim, o senso comum segundo o qual, quando no governo, todos atores se parecem. Ou seja, esquerda e direita seriam faces diferentes da desgastada, desvalorizada e corrompida moeda da política.

O ceticismo e o cinismo resultantes desse processo têm efeitos conservadores na medida em que valores e aspirações de esquerda ou progressistas – a transformação radical da ordem socioeconômica, a adoção de reformas que impliquem a mais ampla participação política dos setores populares, a concretização dos ideais republicanos etc. – são inteiramente desqualificados. Na medida em que todos políticos são “severinos”, o conjunto da esquerda é jogado na vala comum do descrédito e da desconfiança populares.

d) Os limites da democratização.

A esquerda brasileira e os liberais progressistas combateram a ditadura militar. Mortes de ambos os lados ocorreram, embora a violência do aparelho repressivo de Estado tenha sido sistemática no regime militar e incomparavelmente maior diante das episódicas ações da resistência armada. Assim, de um governo que surgiu das lutas dos trabalhadores, dos movimentos sociais, dos partidos políticos e intelectuais progressistas que se empenharam pela redemocratização do país, era

com práticas de corrupção – conforme comprovou a comissão composta por figuras históricas do partido (Paulo Singer, Plínio de Arruda Sampaio e Hélio Bicudo) –, o PT decidiu, em 1998, pela expulsão do denunciante, Paulo de Tarso Venceslau, então secretário de Finanças da prefeitura de São José dos Campos, administrada à época pelo PT.

²⁷ Entrevista à jornalista Melissa Monteiro, da RTV francesa, exibida pela Rede Globo em 15/07/2005.

legítimo esperar todo o empenho e compromisso no sentido de apurar rigorosamente o que ocorreu nos porões da ditadura militar.

Em certa medida, o recente livro *Direito à memória e à verdade*²⁸, editado pela Presidência da República, é um fato auspicioso na história política brasileira, pois ali, de forma oficial e pela primeira vez, o Estado brasileiro reconheceu as responsabilidades do aparelho militar na repressão política (mortes, desaparecimentos, tortura física etc.) aos opositores da ditadura. Nessa matéria, outra decisão que conta a favor do governo Lula foi a recente decisão do Ministério da Justiça que promoveu ao posto de coronel do Exército o ex-capitão Carlos Lamarca, morto pela repressão militar em 1971²⁹.

No entanto, temeroso das reações do alto comando das Forças Armadas, o governo do PT não vai mais longe. Recorde-se que, em fins de 2004, Lula aceitou a demissão do ministro da Defesa, José Viegas, que havia pedido ao presidente a punição do comandante do Exército Francisco Albuquerque pelo fato de este, em nota oficial, ter justificado a dura repressão militar nos pós-1964. Portanto, neste caso, o governo preferiu sacrificar o ministro civil a punir um ministro militar que, de forma afrontosa, ofendeu a memória daqueles que lutaram contra a ditadura militar.

Mais grave, porém, é o veto do atual governo à abertura dos arquivos da ditadura militar. Agindo na mesma direção do governo FHC, Lula sancionou a Lei nº 11.111-05, segundo a qual documentos sigilosos – imprescindíveis à “segurança da sociedade e do Estado” – podem ficar indefinidamente vedados à consulta popular, cabendo a uma comissão formada apenas por membros do Poder Executivo a decisão sobre sua eventual divulgação. Dessa maneira, ao admitir a possibilidade de “segredo eterno” para determinados documentos, a lei restringe o exercício do direito à informação, devidamente assegurado pela Constituição brasileira.

A comparação entre os governos brasileiros (FHC e Lula) e os da Argentina e Chile em termos de seus respectivos comportamentos face à questão militar é altamente desfavorável para o Brasil. Os governos civis do Chile e da Argentina não se têm curvado às ameaças reais ou imaginárias dos setores duros de suas Forças Armadas, responsáveis, no passado recente, por ditaduras cruéis e violentas.

Sob o equívoco argumento de que, em nome da conciliação nacional, a lei da Anistia seria de “dupla mão” – ou seja, viria a beneficiar “torturadores e vítimas” –, nenhuma iniciativa é tomada no sentido de revê-la a fim de que seja feita justiça e sejam punidos aqueles que delinqüiram em nome do Estado. Ora, será que um

²⁸ *Direito à memória e à verdade*, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, livro com mais de 500 pp., foi lançado em cerimônia oficial, no dia 29 de agosto de 2007, com a ostensiva ausência dos militares.

²⁹ Os clubes de oficiais da três Forças Armadas contestam na Justiça esta decisão por eles considerada abusiva e ofensiva aos militares, pois, na ótica deles, Lamarca foi um desertor e terrorista.

governo democrático não deveria tomar a iniciativa de encaminhar uma proposta de reformulação da lei da Anistia, bem como daquela que impõe o mais alto sigilo aos arquivos da ditadura militar? Como entidades de direitos humanos reivindicam, o *direito à justiça* às vítimas do regime militar conjuga-se com o *direito à verdade*, pois esta é uma exigência na construção da identidade, da história e da memória coletiva³⁰.

Esquerda, Direita & Ordem

*No momento em que o PT renegar a sua função de servir de espinha dorsal à luta política dos trabalhadores, deixando de ser um partido de revolução contra a ordem, ele deixará de ter importância para a instauração da democracia com igualdade social no Brasil.**

Ao contrário de fincarem novos marcos, bandeiras e valores no terreno da política institucional e da ação governamental, o governo Lula e o PT têm reforçado e legitimado comportamentos tradicionais da política burguesa. Se, no plano da política econômica, o governo e o PT capitulam diante do conservadorismo econômico dominante no capitalismo mundial, no plano da política institucional cultivam eles o pragmatismo sem princípios, o conformismo e a resignação diante de valores e práticas consagradas pela cultura política das classes dominantes.

Deixando de ter compromissos efetivos com as transformações econômicas, sociais e políticas que, antes da “Carta ao Povo Brasileiro”, eram anunciadas e prometidas nos documentos partidários e programas eleitorais, o governo Lula acaba se definindo como um “governo da ordem”.

Trata-se, assim, de um “governo da ordem”, de caráter democrático, mas não de orientação popular e reformista, pois não se propõe à realização de efetivas reformas sociais e econômicas que beneficiem os trabalhadores e as camadas populares³¹. Embora não reprima os movimentos sociais, o governo do PT – apoiado

³⁰ Embora tardia, conte-se a favor do governo a decisão de desistir de recorrer da decisão judicial que determinou a abertura dos arquivos militares sobre as operações na guerrilha do Araguaia. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2309200708.htm> Reconheça-se que o PT, no seu 3º Congresso, em uma das moções aprovadas, pede ao governo que sejam abertos os arquivos militares. http://www.pt.org.br/sitept/index_files/congresso/conteudo.php?tipo=1&codigo=98 (23/09/2007)

* Florestan Fernandes, *Rememória*, op. cit., p. 260.

³¹ O principal programa social do governo Lula é o *Bolsa Família*, cujo alcance, no mês de outubro de 2007, foi, aproximadamente, de 11 milhões de famílias. Ainda que objetivamente possa beneficiar milhões de pessoas situadas abaixo da linha da pobreza, o programa

por uma base social desorganizada e despolitizada – coopta lideranças de organizações populares e entidades sindicais³². Com esta política de cooptação – em certa medida facilitada pela adesão ativa das lideranças da CUT e da Força Sindical a aspectos da ideologia neoliberal –, busca-se minar e dificultar a oposição e a resistência dos movimentos dos trabalhadores organizados contra a política macroeconômica de orientação neoliberal³³.

O debate político atual recoloca uma questão recorrente e polêmica quanto ao lugar ocupado pelo governo Lula e pelo PT no espectro ideológico. Como situá-los a partir dos clássicos parâmetros *esquerda/centro/direita*?

Não se pode deixar de reconhecer que algumas realizações de governos petistas (nos planos federal, estadual e municipal) e dimensões do partido (atuação parlamentar, dinâmica interna, documentos e debates etc.), nestes últimos anos, dão espaço para a expressão de alguns valores críticos e progressistas.

A esse respeito, são reconhecidos os aspectos positivos da política externa brasileira – provavelmente a “jóia da coroa” deste governo³⁴. Embora esteja ela orientada basicamente pela preocupação de abrir mercados para as grandes empresas nacionais ou transnacionais, tenha se equivocado ao enviar tropas do Exército ao Haiti e não ter qualquer componente antiimperialista, há méritos do governo Lula nas relações que o país vem mantendo com Cuba, Venezuela, Bolívia etc. Igualmente deve ser ressaltado que o governo brasileiro – freqüentemente elogiado pela ultra-reacionária administração George Bush Jr. – condenou a guerra imperia-

Bolsa Família fundamenta-se em uma política de transferência de renda (49% de área rural; 69% do Nordeste). Não se trata, pois, de uma reforma social, pois o BF do governo Lula não assegura direitos universais nem os institui constitucionalmente.

³² O recrutamento pelo Executivo de lideranças de organizações populares, em todo o país, implicou o esvaziamento de muitas dessas entidades; no governo de FHC, algumas delas se destacaram na crítica à política neoliberal. Artigo na página eletrônica de *Correio da Cidadania* (nº 573) afirma que 45% dos mais altos cargos de confiança do governo Lula são ocupados por sindicalistas, filiados ou não ao PT. D. Cremonese, “O lulismo é maior que o petismo”.

³³ Jair Meneguelli, nomeado por Lula à presidência do Conselho Nacional do Sesi, em 2003, por exemplo, opinou que a CUT deveria apoiar a Reforma da Previdência. A cooptação de dirigentes sindicais, no entanto, não se restringe a executistas. Luiz Medeiros, adversário histórico do PT e da CUT e fundador da Força Sindical – central que apoiou abertamente as políticas econômicas neoliberais de F. Collor e FHC –, foi indicado diretamente por Lula para exercer a Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho. No governo Lula, CUT e FS já não se opõem em termos de concepções de política econômica.

³⁴ A expressão é de Chico de Oliveira. Equivocada também é a avaliação de Lula, para quem, a partir de seu governo, a política externa brasileira “deixou de ser colonizada”. Em termos de inovação, a política externa do governo Goulart, tendo à frente o chanceler San Tiago Dantas, é ainda uma referência fundamental para o pensamento progressista brasileiro.

lista contra o Iraque decidida pelo governo estadunidense. Alguém imaginaria que um eventual governo do PSDB e do Democratas iria na direção não-belícosa que, por exemplo, o governo Lula assumiu no caso da nacionalização da exploração de petróleo e gás feita pelo governo da Bolívia?

Deve-se também assinalar que a criação e o funcionamento das Secretarias Especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), de Políticas para Mulheres (SEPM) e da Secretaria especial de Direitos Humanos – apesar de terem recursos financeiros muito limitados, por conta da exigência da meta do superávit primário – não deixam de ter um valor prático e simbólico relevante no combate à discriminação sexual e racial e na luta pelos direitos das minorias e outros direitos humanos; nessa mesma direção deve-se ressaltar a campanha promovida pelo Ministério da Saúde em defesa da descriminalização do aborto, que sofre aberta e ostensiva oposição da alta hierarquia católica³⁵.

Mas, a despeito destes méritos do governo Lula, é desmesurada a afirmação que consta do documento aprovado no recente 3º Congresso do PT: “O Governo Lula é um governo de esquerda que constrói os fundamentos de uma verdadeira revolução democrática, essencial para caminharmos na direção de uma sociedade socialista”³⁶.

Não é preciso ir longe para questionar o caráter retórico da afirmação. Ao observar que não são as camadas populares nem os trabalhadores que mais se beneficiam com a política econômica – mas, sim, os empresários e o capital financeiro –, é o próprio presidente quem reconhece que seu governo não tem um caráter popular. Pode-se falar em “revolução democrática” quando nada mais se faz do que adotar os velhos e tradicionais métodos e práticas da *Realpolitik* liberal-burguesa sem que novos mecanismos de participação popular sejam propostos pelo governo do PT?

De um ponto de vista simbólico, pode-se afirmar que é de *esquerda* um governo cujo presidente exalta publicamente o “heroísmo” dos usineiros e se compraz ao afirmar que, em seu governo, os banqueiros têm lucros excepcionais e os empresários ganham “dinheiro como nunca”³⁷? Certamente, não.

³⁵ Não se pode negar que, por ocasião da recente visita ao Brasil do papa Bento XVI, o presidente da República, católico convicto, não cedeu às freqüentes e indevidas pressões do chefe da Igreja católica no sentido de que o governo recuasse de sua posição em defesa da descriminalização do aborto.

³⁶ http://www.pt.org.br/sitept/index_files/congresso/conteudo.php?tipo=1&codigo=98 (23/09/2007)

³⁷ Em discurso, em Mineiros, Goiás (20/3/2006), Lula afirmou: “Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. Na mesma direção, num discurso na ExpoZebu (2003), em Uberaba, Lula, dirigindo-se aos pecuaristas, confessou: “Olha como é a vida, nós sempre estivemos em lados opostos e

No entanto, como uma lógica dualista não se aplica para esclarecer situações históricas e políticas concretas, o fato de não ser de *esquerda* não implica que o governo Lula da Silva seja de *direita*.

É verdade que esta exposição não se deteve em uma análise da dinâmica interna do Partido dos Trabalhadores – dos desdobramentos de sua recente crise, de suas tendências e lutas internas, de suas últimas resoluções e documentos. Esta ressalva, porém, não invalida nossas observações sobre o papel completamente secundário e subserviente do PT na crítica à política macroeconômica de orientação neoliberal em curso; a crescente burocratização do partido e o seu gradativo afastamento de combativos movimentos populares; o domínio de setores partidários – críticos do socialismo – que permanecem indefinidamente no poder; a prática da cooptação – que se viabiliza com a oferta de cargos no Executivo federal – a fim de neutralizar ou enquadrar politicamente os setores críticos; a ausência da militância no debate partidário ao mesmo tempo em que os membros do partido passam a ser recrutados nas distintas máquinas das administrações, nas assessorias parlamentares etc. como também nas despolitizadas bases eleitorais dos altos dirigentes do partido.

Onde situar o PT, hoje, no espectro ideológico brasileiro?³⁸

Para mim, a presença e a atuação das tendências de orientação socialista – embora sejam elas minoritárias e pouco influentes nas decisões centrais do partido –, bem como muitos dos posicionamentos progressistas na cena política e no debate ideológico, são critérios relevantes para associar o PT à *centro-esquerda*, não à *direita*, como alguns críticos já o fazem³⁹. Certamente, uma forte objeção a este argumento consistiria em alegar que a presença dessas tendências de esquerda tem desempenhado um papel apenas retórico ou formal na estrutura e funcionamento do PT; objeti-

agora estamos aqui, o que é muito bom. É muito bom que estamos nos aproximando (...)” Agência Estado, 5/5/2003.

³⁸ Como está pressuposto no texto, ainda se desenvolve uma luta ideológica entre correntes de “direita” à “esquerda” dentro do PT. A discussão que se segue leva em conta os posicionamentos e decisões oficiais do partido.

³⁹ Para uma avaliação da orientação ideológica do partido, não podem ser deixadas de lado duas importantes iniciativas de esquerda do PT: o *Foro São Paulo* e a *Editora Perseu Abramo*. O Foro de São Paulo surgiu há dez anos por iniciativa do PT e de outros partidos da esquerda latino-americana. Com frequência, a grande imprensa de direita questiona enfaticamente a existência e as reuniões do Foro – que se reúne regularmente e se posiciona abertamente em defesa da Revolução Cubana, do governo H. Chávez e de todas as forças e movimentos progressistas do continente. A Editora Perseu Abramo, fundada em 1997, tem publicado regularmente materiais de divulgação do PT, revistas e livros sobre temas relevantes ao pensamento de esquerda.

vamente, argumentam os críticos, estas correntes não têm qualquer influência na orientação das políticas dos governos petistas, particularmente do governo Lula⁴⁰.

Mas penso também que não deve ser subestimado o fato de que o último Congresso do PT aprovou um documento em que se reafirma o compromisso programático com o socialismo e com o anticapitalismo⁴¹. Como explicar esta decisão na presente conjuntura de hegemonia capitalista? Teria sido um puro diversionismo ou uma mera concessão às correntes de esquerda atuantes no PT, pois, se dependesse da opinião do seu alto comando, a idéia de socialismo já estaria definitivamente arquivada?

Para os socialistas que permanecem no PT, trata-se de uma conquista, não de uma mera concessão. Conquista, julgam eles, que permitirá avançar o debate ideológico interno em defesa do socialismo e da luta anticapitalista.

Considerações finais

*(...) o PT aprendeu. Ele não tem nenhuma diferença mais com o mercado.**

*O partido no governo (...) não é um partido que exarceba a luta de classes, porque essa exacerbação fragiliza o governo ante o domínio do capital financeiro globalizado.***

Como a história está aberta, seria prematuro afirmar que o PT já se transformou em um autêntico “partido da ordem”. Os socialistas ali atuantes acreditam que ainda é possível “virar o jogo”, revertendo a tendência que, hoje, inclina fortemente o PT na direção de um “partido da ordem”.

Para tanto, urgentes mudanças na organização, no funcionamento e na dinâmica do PT são necessárias, notadamente:

a. Que as correntes de esquerda consigam influir decisivamente na orientação e, por conseguinte, na redefinição da política macroeconômica de corte neoliberal – o que, de imediato, implicaria o arquivamento de uma nova reforma da previdência e das (sempre cogitadas) reformas sindical e trabalhista. Caso isto não aconteça, é de se indagar: continuarão as esquerdas dentro do PT a aceitar o

⁴⁰ Nessa direção, argumenta-se que o governo Lula, por exemplo, desconsidera inteiramente decisões partidárias importantes, como as que exigem a abertura dos arquivos da ditadura militar e a obediência aos resultados do referendo popular sobre a privatização da Cia. Vale do Rio Doce.

⁴¹ Cf. nota 36.

* Delfim Netto. <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/economia/2002/10/14/joreco20021014016.html>

** Tarso Genro, op. cit., p. 71.

papel subalterno que desempenham em matéria de definição da política econômica que tanto satisfaz empresários e banqueiros? Continuarão acreditando que as políticas sociais – consubstanciadas no assistencialismo do *Bolsa Família* – são provas decisivas do caráter progressista do governo Lula? Farão, assim, coro com os burocratas e intelectuais do partido que – confundindo a nuvem com Juno – propagam que a inegável popularidade de Lula é a prova maior do caráter democrático-popular do governo?

b. De um ponto de vista crítico e de esquerda, entende-se que a realização de reformas sociais e econômicas que beneficiem de forma ampla e permanente as camadas populares e os trabalhadores apenas será possível com a ativa participação de seus respectivos movimentos na cena política. Cabe saber se as correntes de esquerda terão condições de levar o PT – paralelamente à sua forte inserção institucional – a privilegiar seus antigos vínculos com combativos movimentos sociais populares e de orientação socialista. Ainda nesta direção, terão estas correntes condições de pôr fim à política de cooptação praticada pelo governo Lula, que – transformando antigas e combativas lideranças sindicais (muitas delas pertencentes à CUT) em moderados (e bem remunerados) burocratas do aparelho do Estado – contribui eficazmente para a domesticação e o atrelamento do movimento sindical ao governo?

c. Rendendo-se à sua vertente institucional e aceitando passivamente os limites da democracia representativa na ordem capitalista, o PT no governo submeteu-se à lógica e às armadilhas da política liberal-burguesa. Paralelamente ao avanço do eleitoralismo, o PT relegou a um plano secundário a luta ideológica de orientação socialista.

Seria, pois, de se indagar: terão as correntes de esquerda possibilidades de mudar este quadro e levar seu partido a se comprometer resolutamente com a formação crítica de sua militância? A este respeito, na agenda do partido deveria ser prioritário o aprofundamento do debate em torno do socialismo (que, no último Congresso, apareceu sob a duvidosa e midiática designação de “Socialismo democrático e sustentável”). De outro lado, se pretende ser conseqüente em sua crítica à mídia conservadora e de direita, ao PT – juntamente com outros setores democráticos e progressistas – impor-se-ia criar jornais, revistas, rádios e canais de TV, em todo o país, que permitissem dar voz aos movimentos sociais de orientação popular. Dispensável dizer que a “batalha das idéias” não pode dispensar o controle desses importantes recursos materiais para a formação da militância e de uma opinião pública crítica e progressista.

Finalmente, pelas razões aqui expostas, deve ser dito que o PT pouco tem contribuído para a criação de uma cultura política combativa e de esquerda no

Brasil contemporâneo. Na direção contrária, ao legitimar políticos e partidos conservadores e ao utilizar consagradas práticas políticas de direita, o PT contribui ainda mais para difundir a apatia, o conformismo e o ceticismo hoje dominantes na atual cena política brasileira. O truísmo segundo o qual “todos os políticos e partidos se parecem” – que, nos anos recentes, a ação do PT ajuda a consolidar – tem servido prioritariamente aos interesses políticos conservadores, pois reforça a resignação e o conformismo dos subalternos.

Além de avalizar uma política econômica conservadora que tem o irrestrito apoio das classes dominantes, o PT não desempenha um papel ativo na crítica das representações e interpelações que são funcionais à reprodução da ordem burguesa e capitalista. Adotando o eleitoralismo e a *Realpolitik* burguesa como práticas sistemáticas, o PT cada vez mais se burocratiza, deixando, assim, de manter relações políticas com aqueles movimentos sociais populares combativos que buscam resistir e não ser cooptados pela política governamental.

Não se pode senão concluir que, com o governo do PT, a direita no Brasil – que antes se assustava com a eventual ascensão do partido ao poder – não sofre abalos nem perdas materiais ao mesmo tempo em que ganha espaço e é legitimada no plano político. Hoje, a direita brasileira deixou de temer o PT; são apenas seus fundos preconceitos de classe e convicções antidemocráticas que a levam ainda a combater politicamente o partido. Por outro lado, na esfera da luta ideológica, não são os valores republicanos e os ideais de esquerda que se difundem ou avançam com o governo do PT. Ao contrário, são eles, com frequência, contestados, negados e regridem.

Sendo ou não o “partido da ordem”, o Partido dos Trabalhadores, hoje, promove a contrafação da luta ideológica em defesa dos interesses e sob a perspectiva dos trabalhadores⁴².

⁴² Concluído o texto em fins de outubro de 2007, nenhum comentário pode ser feito dos resultados das eleições para a Presidência nacional do PT e composição de seu Diretório Nacional (2008/2009). A derrota dos setores alinhados à esquerda socialista foi contundente; para a Presidência, venceu, com larga vantagem, o candidato do ex-campo majoritário e fortemente apoiado pelo governo Lula. Para o DN, de um total de 81 membros, apenas 15 dos eleitos pertencem à esquerda do partido. Com estes resultados, ficam, assim, mais acentuadas as tendências que levam o PT – caso profundas mudanças internas deixem de ocorrer nos próximos anos – a se consolidar como “partido da ordem”. (*Nota escrita em dezembro de 2007*)